

**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA  
DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS  
DE  
CARREGAL DO SAL**



***RELATÓRIO E CONTAS  
2018***

---

O PRESIDENTE

O TESOUREIRO



Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal

## REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL CONVOCATÓRIA

ANTÓNIO ÓSCAR DE ALMEIDA E PAIVA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARREGAL DO SAL:

Convoca, nos termos do Artigo 41º, ponto 3, alínea b), dos Estatutos da Associação, a Assembleia Geral Ordinária para o dia 28 de março de 2019 (quinta-feira), pelas 20 horas e 30 minutos, no Quartel sede desta Associação, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise e votação do Relatório e da Conta de Gerência do ano de 2018 e do Parecer do Conselho Fiscal.
2. Outros assuntos.

Não havendo à hora marcada a presença de, pelo menos, metade dos seus associados, a Assembleia Geral funcionará 30 minutos depois com qualquer número de associados.

### Informação:

- Para conhecimento dos associados os documentos relativos ao ponto 1 poderão ser consultados, na Secretaria da Associação, a partir de 19 de março de 2019.
- Dando cumprimento ao artigo 42º esta convocatória será publicada no site: <http://publicacoes.mj.pt>

Carregal do Sal, 8 de março de 2019.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

  
(António Óscar de Almeida e Paiva)

## Órgãos Sociais - AHBVCS

ORGÃO	CARGO	NOME
Assembleia Geral	Presidente da Mesa	António Óscar de Almeida e Paiva
Assembleia Geral	Vice Pres. Da Mesa	Augusto de Albuquerque Mendes
Assembleia Geral	Secretário	Helena Maria Carvalho Gonçalves Cruz
Assembleia Geral	Suplente	Fernando Marques Ferreira
Assembleia Geral	Suplente	Carlos Alberto Ferreira Batista

ORGÃO	CARGO	NOME
Conselho Fiscal	Presidente	António Manuel Reis Pereira
Conselho Fiscal	Vice-Presidente	Toni Serge Costa Ribeiro
Conselho Fiscal	Secretário Relator	Ana Isabel Abrantes Ribeiro
Conselho Fiscal	Suplente	Tiago Nogueira Santos
Conselho Fiscal	Suplente	Firmino José da Silva
Conselho Fiscal	Suplente	Artur Mota da Fonseca

ORGÃO	CARGO	NOME
Direção	Presidente	António Carlos Marques Ferreira
Direção	Vice-Presidente	José António Alves Tiago
Direção	Secretário	José António Fernandes Soares de Melo
Direção	Secretário Adjunto	Daniela Alexandra Ventura Borges
Direção	Tesoureiro	Eduardo José Alves Abrantes
Direção	Vogal	André Filipe Borges Ferreira
Direção	Vogal	António Manuel dos Santos Pais
Direção	Vogal	Rodrigo José Cristo de Freitas Pina
Direção	Vogal	Fernando Manuel Ferreira Alves
Direção	Suplente	Jorge Manuel de Jesus Simão
Direção	Suplente	Armando Francisco Bessa
Direção	Suplente	Carlos Manuel da Costa Dias
Direção	Suplente	António Manuel de Sousa Ribeiro Cardoso

---

*RELATÓRIO*

*DA*

*DIREÇÃO*

---



*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*

## 1. INTRODUÇÃO

*Em conformidade com o artigo 53º, alínea m), dos Estatutos, vem a Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal apresentar, para apreciação, discussão e votação da Assembleia Geral, o Relatório e Contas relativos ao ano de dois mil e dezoito.*



Os dados fornecidos neste documento não esgotam, nem fornecem todos os esclarecimentos necessários, para um correto conhecimento dos projetos realizados e do funcionamento da nossa Associação.

Revelam acima de tudo a transparência e o rigor que pretendemos desde a primeira hora dar à gestão coerente, sóbria e de sobremaneira associada ao bom nome da Associação que representamos.

De um documento de intenções, que é o Plano e Orçamento, passamos a um documento de concretizações, o Relatório e Contas. Estes documentos complementam-se e é da comparação entre ambos que tomamos consciência do que se fez, das receitas conseguidas, das despesas realizadas e dos resultados obtidos.

Apresentamos elementos objetivos da atividade operacional que são de extrema importância para percebermos o quão significativo tem sido a ação do corpo ativo. O mesmo se poderá dizer da aquisição de equipamentos e de obras realizadas.





Paralelamente há toda uma atividade de ligação à comunidade com uma série de iniciativas que a Direção promove em articulação com o Corpo Ativo que têm como objetivo a angariação de fundos, importante "almofada" para o bom desempenho da Associação. Daremos conta também das que, na nossa ótica, nos pareceram mais significativas.

Queremos falar também da principal razão que nos move: os nossos bombeiros, a sua contínua formação, o seu bem-estar, a existência de boas instalações e bons equipamentos.

Pugnaremos por um corpo de bombeiros moderno, operacional, sempre ligado à comunidade que serve e garante um serviço de excelência.

Os esforços a desenvolver pela Direção terão sempre como referência primeira os bombeiros.

## 2. ATIVIDADE DA ABVHCS EM 2018

### 2.1. ATIVIDADE OPERACIONAL

A operacionalidade do corpo de bombeiros teve expressão nas seguintes referências:





*(Handwritten signatures and initials)*

GRUPO SERVIÇO	Total Serviços	Total Transportados	Total Viaturas	Total Bombeiros	Total Horas	Km Percorridos
Fenómenos Naturais - Cheia	1	0	1	5	9:27	111
Riscos Tecnológicos - Inc. Urb. / Habitacional	45	30	95	294	199:26	3.558
Incêndios Rurais - Povoamento Florestal	74	0	94	349	228:49	2.828
Assistência em Saúde / Emergências	3.116	3.153	3.208	5.278	8.202:22	238.500
Operações - Pré-Posicionamento de Meios	744	1	1.019	2.148	2.914:25	30.759
<b>TOTAIS GERAIS</b>	<b>3.980</b>	<b>3.184</b>	<b>4.417</b>	<b>8.074</b>	<b>11.553:49</b>	<b>275.756</b>



## 2.2. OBRAS E REPARAÇÕES

- Conclusão da construção do Núcleo Museológico António Duarte dos Santos (registada na contabilidade como "obras em curso", dado que irá haver no decorrer do ano um custo acrescido no valor de cerca de 1.845.00€ (Sr. Luís Carlos Marques de Figueiredo).
- Iniciação das obras referentes ao Anexo e Cobertura do Bar no valor global de 14.627,71€. Sendo que, o custo reparte-se respetivamente pelas entidades seguintes: Anexo, (Torgan, Lda - 190.53€, Araufer, Lda - 57.75€, Mota Alumínio, Lda - 846.76€, Gloria Santos, Unip. Lda - 9.717.00€); Cobertura bar, (Araufer, Lda - 813.30€ - FerroViseu, Lda - 3.002.37€).

- Manutenção das instalações (Edifício, Maquinaria e Ferramentas) no valor global de 3.498,97€ registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Destaca-se, entre outros, uma reparação referente a restauro de bancos e tampos de mesa no valor de 2.841,30€ à entidade "Regraviável".

- Salienta-se, também, um conjunto de beneficiações, tais como:

- ❖ Pavimentação logradouro envolvente ao museu e pavilhão.
- ❖ Execução e reparação de condutas de águas pluviais provenientes do Bar/Museu e espaço envolvente.
- ❖ Edificação do salão anexo ao bar e construção de churrasqueira.
- ❖ Remodelação de gradeamento exterior à parada com execução de uma entrada para o museu e pintura de muros.
- ❖ Escoramento do telhado do antigo quartel.
- ❖ No sentido de melhorar as condições de comodidade, segurança e espaço as viaturas VCOT 01, ABTM 01, VSAT e VFCl 07 sofreram respetivamente uma série de beneficiações, e, o V8 restauro.



### 2.3. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS





- Aquisição de equipamento de radiocomunicações para a viatura VLCI08-F09443 (aquisição no valor de 1.715,48€ à entidade “IPRADIO – Equipamentos, serviços e software, Lda”).
- Aquisição de uma “VDTD” viatura de transporte de doentes (pelo montante de 37.250.00€ à entidade “Safemobility – Transformação de veículos unipessoal, Lda”).
- Aquisição de uma mochila *FireShelter* com sistema de hidratação (aquisição no valor de 1.291,50€ aos “Bombeiros de Óbidos”).
- Aquisição de fardamentos (registados na rubrica de gastos com pessoal, cuja soma anual ascende a 6.865,56€).



#### 2.4. ATIVIDADES CULTURAIS E RECREATIVAS

- Festa das sopas e enchido e produtos regionais.
- Ação de sensibilização operacional nas Escolas e na comunidade.
- Caminhada solidária saúde e coração.

- Ação de sensibilização operacional nas Juntas de Freguesia.
- Festas do Concelho.
- Cortejo de Oferendas.
- Simulacro de desencarceramento.



## 2.5. ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

- Presença nos aniversários dos BV Canas de Senhorim, Penalva do Castelo, Lamego, Cabanas de Viriato, Tondela, Satão, Mortágua e Associação Recreativa de Parada.
- Presença nas A.G. da Federação de Bombeiros do Distrito de Viseu em Viseu, Vouzela, Armamar, Cabanas de Viriato e Canas de Senhorim.
- Presença nas reuniões da FBV em Nelas e Viseu.
- Presença na Inauguração do Quartel dos BV Stª Comba Dão.
- Presença na festa solidária nos EUA.
- Presença nas Comemorações 25 de Abril.
- Presença na tomada de posse comandante de BV S. P. Sul.
- Presença em diversas reuniões nos Hospitais de Viseu e Coimbra.
- Realização da Ceia de Natal.
- Presença nas ceias de natal dos BV de Canas de Senhorim, Cabanas de Viriato, Tondela e Stª Comba Dão.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Daniel Lopes' and 'Rodrigo L']*

- Presença de responsáveis da Direção em atividades de outras associações.

## 2.6. RENDIMENTOS E GASTOS

Comparativamente com o ano de 2017, verifica-se a seguinte evolução dos rendimentos e gastos da Associação:

Descrição	2018	2017	Varição (valor)	Varição (%)
Prestação de Serviços	162.492,74 €	156.409,43 €	6.083,31 €	3,74%
Subsídios à exploração	238.705,87 €	335.436,01 €	-96.730,14 €	-40,52%
Outros Rendimentos	239.340,28 €	250.730,15 €	-11.389,87 €	-4,76%
<b>Soma</b>	<b>640.538,89 €</b>	<b>742.575,59 €</b>	<b>-102.036,70 €</b>	<b>-15,93%</b>
Fornecimentos e Serviços Externos	133.407,71 €	202.870,10 €	-69.462,39 €	-52,07%
Gastos com o Pessoal	270.386,51 €	269.533,29 €	853,22 €	0,32%
Perdas por imparidade em dívidas a receber	0,00 €	2.791,11 €	-2.791,11 €	-100,00%
Outros Gastos	104.943,16 €	88.863,19 €	16.079,97 €	15,32%
<b>Soma</b>	<b>508.737,38 €</b>	<b>564.057,69 €</b>	<b>-55.320,31 €</b>	<b>-10,87%</b>
<b>Resultado antes de depreciação</b>	<b>131.801,51 €</b>	<b>178.517,90 €</b>	<b>-46.716,39 €</b>	<b>-35,44%</b>
Gastos de depreciação e amortização	99.440,58 €	118.866,55 €	-19.425,97 €	-19,54%
<b>Resultado operacional (antes gastos financiamento)</b>	<b>32.360,93 €</b>	<b>59.651,35 €</b>	<b>-27.290,42 €</b>	<b>-84,33%</b>
Juros e rendimentos Similares obtidos	458,04 €	664,37 €	-206,33 €	-45,05%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>32.818,97 €</b>	<b>60.315,72 €</b>	<b>-27.496,75 €</b>	<b>-83,78%</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>32.818,97 €</b>	<b>60.315,72 €</b>	<b>-27.496,75 €</b>	<b>-83,78%</b>
<b>Cash Flow</b>	<b>132.259,55 €</b>	<b>179.182,27 €</b>	<b>-46.922,72 €</b>	<b>-35,48%</b>

Da leitura do quadro acima entendemos por conveniente as seguintes explicitações:





- a) Prestações de serviços: variação pouco expressiva face a 2017, pese embora em sentido positivo. As prestações de serviços respeitam a transportes efetuados e quotas dos associados, a saber:

Prestação de Serviços	2018	2017
Quotas dos associados	9.682,00 €	8.926,00 €
Transportes a particulares	9.735,18 €	9.204,01 €
Transportes INEM	30.815,18 €	24.987,09 €
Transportes Hospitais	48.402,36 €	45.644,77 €
Transportes Administração R. Saúde	54.159,55 €	58.061,94 €
Transportes Companhias Seguros	394,80 €	225,10 €
Transportes Santa Casa Misericórdia	3.229,12 €	4.771,12 €
Outros	6.074,55 €	4.589,40 €
<b>Total</b>	<b>162.492,74 €</b>	<b>156.409,43 €</b>

- b) Subsídios à exploração: regista os valores decorrentes do protocolo com a ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil) pelo montante de 147.035,26 €, dos quais 122.249,62 € foram recebidos em 2018 e, a parte remanescente (24.785,64 € correspondem a valores a receber em 2019 reportados a acontecimentos de 2018, designadamente os relacionados com:

- Constituição equipas EIP Município de Carregal do Sal no valor de 10.554,52 € e ANPC no montante de 1.517,84; e
- Subsídios referentes a DECIR reparação de veículos no montante de 12.713,28 €.

- c) Outros rendimentos: o valor mais significativo reporta à organização de eventos no montante de 160.269,15 €, resultante das festas do concelho, festa das sopas, caminhada, cortejo e outros eventos. Outro item expressivo reporta-se à imputação sistemática dos subsídios ao investimento (32.995,72 €). A obtenção de donativos soma 28.044,25 €, sendo os restantes valores que compõem a





rubrica de menor expressão e reportados a recuperações de despesas, renda do bar e venda de energia à EDP.

De notar que a organização de eventos acarreta custos, expressos na rubrica de "Outros Gastos" pelo montante de 100.113,86 €.

- d) A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos regista a generalidades dos serviços adquiridos pela Associação, sendo os mais significativos a aquisição de combustíveis que atingiu 54.186,83 €, a rubrica de conservação e reparação no montante de 28.738,67 € a contratação de seguros pelo montante de 11.701,78 €, a aquisição de trabalhos especializados (pelo montante de 9.458,73 €) e as despesas com deslocações e estadas no montante de 6.145,65 €. Os itens identificados representam 83% da rubrica, sendo os restantes valores de menor expressão.
- e) Relativamente aos gastos com o pessoal, registam-se as remunerações praticadas pela Associação e correspondentes a encargos com segurança social, seguro de acidentes de trabalho, despesas com formações, fardamentos e segurança e higiene no trabalho.

## 2.7. ATIVO, PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da associação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ATIVO	2018		2017	
Ativo não corrente	937.510,42 €	67,31%	947.610,15 €	65,59%
Ativo corrente	455.256,81 €	32,69%	497.223,55 €	34,41%
Total ativo	1.392.767,23 €	100,00%	1.444.833,70 €	100,00%

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2018		2017	
Fundos Patrimoniais	1.326.131,80 €	95,22%	1.326.308,55 €	91,80%
Passivo corrente	66.635,43 €	4,78%	118.525,15 €	8,20%
Total Fundos Patrimoniais e Passivo	1.392.767,23 €	100,00%	1.444.833,70 €	100,00%

Da análise ao quadro apresentado verifica-se uma diminuição do ativo não corrente na ordem dos 10.099 euros. A diminuição foi justificada essencialmente pelo fim da vida útil de alguns bens (ativos), pois foram feitos investimentos durante o ano no montante de 87.309 euros, e calculadas depreciações no montante de 98.659 euros. Já o ativo corrente sofreu um decréscimo na ordem dos 41.967 euros, motivado essencialmente pela diminuição dos saldos referentes a Outros ativos correntes (58.674 €), pela diminuição dos saldos de créditos a receber (clientes) no montante de 13.488 euros e pelo aumento dos valores em depósitos bancários (25.068,14 €).

Os Fundos Patrimoniais da Associação sofreram um ligeiro decréscimo (177 €) por via da incorporação dos resultados positivos obtidos no período (32.818,97 €), e da diminuição dos subsídios ao investimento recebidos em anos anteriores (32.995,72 €) e cuja imputação aos resultados se fará de acordo com as depreciações dos bens que os mesmos objetivam apoiar.

Quanto ao passivo corrente diminuiu em cerca de 51.890 euros justificado essencialmente pela diminuição dos saldos de fornecedores (52.788 €).



AS  
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Antonio' and another that says 'Dimitris'.

## 2.8. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

Do ponto de vista financeiro, a Associação está dependente dos protocolos existentes com as entidades Públicas, nomeadamente a ANPC e o Município (os rendimentos destas entidades representam 33% dos rendimentos registados em 2018).

Face ao referido, a manutenção de iniciativas conducentes á obtenção de receita é uma constante necessidade de capital importância.

Não existem financiamentos contratados e não se tem verificado problemas de significativo relevo nas cobranças de créditos sobre os clientes.

Relativamente aos fornecedores, é preocupação constante o controlo de qualidade dos bens e serviços adquiridos, assim como se tem adotado uma politica de pagamento de modo a cumprir os prazos acordados.

## 2.9. QUESTÕES AMBIENTAIS

A AHBVCS cumpre a legislação aplicável ao seu setor, designadamente no que respeita ao cumprimento de normas ambientais.

## 2.10. QUESTÕES RELATIVAS A TRABALHADORES







Os Recursos Humanos da AHBVCS são geridos em obediência às normas gerais previstas pelo Código do Trabalho e, no caso do pessoal afeto às EIP (Equipas de Intervenção Permanente), às regras protocoladas com a ANPC. Não existem litígios com trabalhadores.

### **2.11. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E ESTADO**

A AHBVCS não apresenta qualquer dívida perante o Estado Português, designadamente no que se refere à Segurança Social e Autoridade Tributária, apresentando a sua situação contributiva devidamente regularizada.

### **2.12. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Não se verificaram factos dignos de referência entre o termo do exercício e a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

### **2.13. PERSPETIVAS FUTURAS**

O ano de 2019 será exigente. Assim, a continuidade no rigor de gestão, a eficiente operacionalidade do corpo de bombeiros, a exemplar liderança do comando e o espírito de solidariedade e cooperação entre todos (realçando corpo ativo e órgãos sociais) trará benefícios à instituição, tornando a mesma mais capaz de cumprir o seu dever de prontidão permanente na prestação de apoio e socorro à comunidade.

Queremos acreditar que o apoio à Proteção Civil não será descuidado pelas entidades oficiais que conosco colaboram. Com determinação e boa vontade todos os obstáculos serão ultrapassados.

Desejamos continuar a contar com o apoio incondicional do nosso Município, parceiro privilegiado, na atividade da nossa Associação.





*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Daniel' and 'Alfonso']*

Continuaremos a apostar na organização de eventos e outras iniciativas que nos possam gerar recursos financeiros, dinamizar e difundir a Associação e a localidade.

### **2.14. PROPOSTA FUNDAMENTADA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Propomos que o resultado líquido de 32.818,97 € (trinta e dois mil, oitocentos e dezoito Euros e noventa e sete cêntimos) se mantenha afeto à rubrica de resultados transitados.

### **3. NOTAS FINAIS**

**“A verdadeira solidariedade para com os bombeiros pode transformar um sonho em realidade.”**

Ser bombeiro voluntário é um ato de altruísmo do qual nos devemos regozijar. É preciso ter coragem, vontade de ajudar, prescindir de tempo com a família e até mesmo de alguma vida profissional. Há poucas coisas tão nobres como escolher, voluntariamente, arriscar a vida em prol dos outros, em nome dos bens e das vidas dos nossos concidadãos.

Ser bombeiro é uma das missões mais nobres que um ser humano pode exercer.

O espírito de entrega e de abnegação que preside à atividade do bombeiro é imprescindível em qualquer sociedade e todos aqueles que dedicam a sua vida a ajudar os outros, em situações de aflição, são dignos do maior reconhecimento.

Por isso torna-se imperioso que o rigor da gestão num coletivo com estas características vise, em primeiro lugar, a criação das melhores condições de operatividade do corpo ativo a exigir de todos o maior empenho, dedicação e profissionalismo. A tarefa dos órgãos sociais, em particular da Direção, estará facilitada se todos remarem para o mesmo lado em concertação permanente ajustada à realidade. Portanto, não subestimamos a importância de um modelo de financiamento adequado às exigências da atual conjuntura, monitorizado periodicamente.

Importa ainda referir que, à semelhança de anos anteriores, continuámos a contar com o imprescindível apoio de muitas pessoas e entidades públicas e privadas que nos têm ajudado com o seu trabalho, dedicação e suporte financeiro.

Aos incansáveis colaboradores do Cortejo e demais peditórios, às Empresas e demais Instituições, à comunidade Portuguesa nos Estados Unidos, à Câmara Municipal, Juntas de Freguesia da nossa área de atuação, à Fundação Lapa do Lobo, ao CODIS, à Federação de Bombeiros do distrito de Viseu, à Liga dos Bombeiros Portugueses, bem como à Autoridade Nacional de Proteção Civil, uma palavra de especial gratidão, carinho e agradecimento.

**Aos Associados, Conselho Fiscal, Bombeiros, Colaboradores e Familiares,**

**O nosso profundo reconhecimento e agradecimentos pela dedicação e entrega.**



Carregal do Sal, 11 de Março de 2019.

A Direção

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Large handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

---

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE  
RESULTADOS

BALANCETES FINAL E REGULARIZAÇÃO EXERCÍCIO 2018

---



ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS CARREGAL SAL  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativo</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	934.986,49	945.170,07
Ativos intangíveis	6	181,28	962,51
Investimentos financeiros	11.1	2.342,65	1.477,57
Subtotal		937.510,42	947.610,15
Ativo corrente			
Créditos a receber	11.2	46.036,58	59.524,65
Estado e outros Entes Públicos	11.8	14.883,74	10.919,15
Diferimentos	11.3	1.275,93	113,16
Outros ativos correntes	11.4	32.887,11	91.561,28
Caixa e depósitos bancários	11.5	360.173,45	335.105,31
Subtotal		455.256,81	497.223,55
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.392.767,23</b>	<b>1.444.833,70</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	860.502,70	860.502,70
Resultados transitados	11.6	4.364,26	(55.951,46)
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	428.445,87	461.441,59
Subtotal		1.293.312,83	1.265.992,83
Resultado Líquido do período		32.818,97	60.315,72
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>1.326.131,80</b>	<b>1.326.308,55</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	15.473,13	68.261,32
Estado e outros Entes Públicos	11.8	13.562,69	8.002,65
Outros passivos correntes	11.9	37.599,61	42.261,18
Subtotal		66.635,43	118.525,15
<b>Total do passivo</b>		<b>66.635,43</b>	<b>118.525,15</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1.392.767,23</b>	<b>1.444.833,70</b>

Carregal do Sal, 31 de Dezembro 2018

O Contabilista Certificado,

A Direção,

*Ricardo M. dos Santos*

*[Handwritten signature]*

## ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS CARREGAL SAL

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

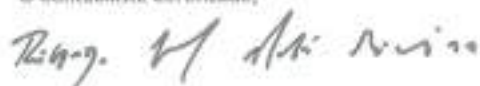
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

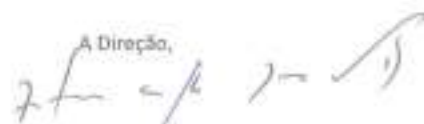
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	162.492,74	156.409,43
Subsídios, doações e legados à exploração	8 / 11.10	238.705,87	335.436,01
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(133.407,71)	(202.870,10)
Gastos com o pessoal	9	(270.386,51)	(269.533,29)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2		(2.791,11)
Outros rendimentos	8 / 11.12	239.340,28	250.730,15
Outros gastos	11.13	(104.943,16)	(88.863,19)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>131.801,51</b>	<b>178.517,90</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 / 6	(99.440,58)	(118.866,55)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>32.360,93</b>	<b>59.651,35</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	458,04	664,37
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>32.818,97</b>	<b>60.315,72</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>32.818,97</b>	<b>60.315,72</b>

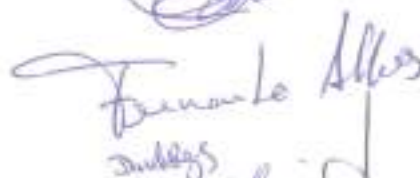
Carregal do Sal, 31 de Dezembro 2018.

O Contabilista Certificado,



A Direção,










---

**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE  
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE  
CARREGAL DO SAL**

**ANEXO AO BALANÇO E À  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
(ESNL)**

**PERÍODO de 2018**

---

## **1 Identificação da Entidade**

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, que por abreviatura usa a sigla AHBVCS, foi fundada em 22 de setembro de 1939, é uma Associação com personalidade jurídica, de caráter humanitário, sem fins lucrativos, de interesse geral, sendo considerada pessoa de utilidade pública administrativa, com sede em Carregal do Sal.

A associação tem como finalidade geral a proteção desinteressada de pessoas e bens e como objetivo específico o exercício de atividades de socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios e de outras modalidades de intervenção humanitária, bem como a prossecução de atividades de reconhecido interesse comunitário no domínio da solidariedade social, detendo e mantendo a atividade, para o efeito, em condições de operacionalidade um corpo de bombeiros, constituindo “a estrutura básica da organização”, a qual se rege por regulamento próprio, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se



coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL.

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

**2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:**

Não existiram derrogações às disposições da NCRF-ESNL.

**2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:**

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas e os critérios de mensuração adotados a 31-12-2018 são na sua generalidade comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras a 31-12-2017.

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".





- Razão para a reclassificação.

### 3.1.7 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo expectável a alteração significativa deste enquadramento a curto prazo e que possa por em causa a validade das estimativas utilizadas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

*[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like "Jamil" and "Miguel"]*

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4 - 6
Equipamento administrativo	4 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



*[Handwritten signatures and initials]*  
D. M. B. G.  
M. A. J.  
L. J. L.  
L. J.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Deverá ser encetado um trabalho exaustivo do levantamento do património desta natureza, facto que permitirá o adequado reconhecimento do património nestas condições e que neste momento se encontra considerado em outros ativos fixos tangíveis.

### 3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.


Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.7 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a





Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de



tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro**

A política económica da AHBVCS pretende manter quer a continuidade das operações bem como a manutenção das políticas e procedimentos existentes.

### **3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas foram elaboradas com a melhor e mais recente informação disponível para o órgão de gestão, podendo vir a ser objeto de ajustamento em função de informação mais recente e mais fidedigna à data dos acontecimentos.

### **3.5 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros:**

Não aplicável.

## **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5 Ativos Fixos Tangíveis

---

**a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo, o qual compreende o seu preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida.

**b) Métodos de depreciação usados:**

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:**

Tal como em exercícios anteriores, foi considerado pela direção que a vida útil dos ativos fixos tangíveis resultantes da aplicação das taxas máximas indicadas no Decreto-Lei nº 25/2009, de 14 de setembro reflete o período durante o qual a empresa espera que os diferentes grupos de ativos estejam disponíveis para uso. As vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas constam na nota 3.2.2.

**d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações;**

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Domingos', 'António', and 'Rui']*

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates/Alie nações	Transferências/R egularizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>					
Edifícios e outras construções	1 251 616,66	-	-	219 640,50	1 471 257,16
Equipamento básico	591 807,34	31 927,66	-	(480 029,99)	143 705,01
Equipamento de transporte	523 816,00	8 500,00	-	186 800,00	719 116,00
Equipamento administrativo	35 144,00	270,60	-	61 728,70	97 143,30
Outros Ativos fixos tangíveis	-	64,94	-	-	64,94
Ativos fixos tangíveis em Curso	-	16 650,38	-	-	16 650,38
<b>Total</b>	<b>2 402 384,00</b>	<b>57 413,58</b>	<b>-</b>	<b>(11 860,79)</b>	<b>2 447 936,79</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	700 397,56	20 488,22	-	-	720 885,78
Equipamento básico	124 369,88	12 605,05	-	(37 542,30)	99 432,63
Equipamento de transporte	539 837,06	75 651,31	-	0,04	615 488,41
Equipamento administrativo	73 809,81	9 194,85	-	33 951,18	66 955,84
Outros Ativos fixos tangíveis	-	4,06	-	-	4,06
<b>Total</b>	<b>1 388 414,31</b>	<b>117 943,49</b>	<b>-</b>	<b>(3 591,08)</b>	<b>1 502 766,72</b>

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates/Alie nações	Transferências/ regularizações	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo</b>					
Edifícios e outras construções	1 471 257,16	-	-	-	1 471 257,16
Equipamento básico	143 705,01	1 394,70	-	-	145 099,71
Equipamento de transporte	719 116,00	37 250,00	(9 500,00)	2 000,00	748 866,00
Equipamento administrativo	97 143,30	-	-	-	97 143,30
Outros Ativos fixos tangíveis	64,94	1 050,00	-	-	1 114,94
Ativos fixos tangíveis em Curso	16 650,38	47 614,46	-	-	64 264,84
<b>Total</b>	<b>2 447 936,79</b>	<b>87 309,16</b>	<b>(9 500,00)</b>	<b>2 000,00</b>	<b>2 527 745,95</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	720 885,78	20 488,22	-	-	741 374,00
Equipamento básico	99 432,63	15 217,81	-	-	114 650,44
Equipamento de transporte	615 488,41	53 840,47	(9 500,00)	833,39	660 662,27
Equipamento administrativo	66 955,84	8 991,61	-	-	75 947,45
Outros Ativos fixos tangíveis	4,06	121,24	-	-	125,30
<b>Total</b>	<b>1 502 766,72</b>	<b>98 659,35</b>	<b>(9 500,00)</b>	<b>833,39</b>	<b>1 592 759,46</b>

Durante o exercício de 2018 procedeu-se ao abate de 4 viaturas já vendidas para sucata em 2016 (89-93-QF; 54-32-CP; 59-72-OG e 72-77-TG) pelo valor do custo de aquisição (9.500 euros).

Procedeu-se ainda a uma regularização de 2.000 euros, pelo facto de um equipamento de transporte adquirido em 2016 ter sido registado na contabilidade por menos 2.000 euros, e consequentemente foram registadas as devidas depreciações (2016 e 2017) no valor de 833,39 euros.

Não existem restrições de titularidade a ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

### 5.1 Ativo Fixo Tangível expresso por quantias revalorizadas:

O ativo fixo tangível (edifícios) foi reavaliado ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, encontrando-se registado ao custo histórico, estando totalmente depreciado.

### 5.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Não existem restrições de titularidade de AFT que sejam dados como garantia de passivos nem compromissos contratuais para aquisição de AFT.

## 6 Ativos Intangíveis

6.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida; Os ativos intangíveis registados pela Empresa correspondem a aquisições de programas de computador. Pelo efeito, todos os ativos apresentam vidas úteis definidas, sendo a sua amortização calculada com base nos critérios fiscais em vigor (atualmente o Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro). As vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas constam na nota 3.2.1.

b) Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas; e Não aplicável.

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan- 2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez- 2017
<b>Custo</b>					
Programas de Computador	2 854,39	-	-	-	2 854,39
<b>Total</b>	<b>2 854,39</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 854,39</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Programas de Computador	798,69	923,06	-	170,13	1 891,88
<b>Total</b>	<b>798,69</b>	<b>923,06</b>	<b>-</b>	<b>170,13</b>	<b>1 891,88</b>

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan- 2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez- 2018
<b>Custo</b>					
Programas de Computador	2 854,39	-	-	-	2 854,39
<b>Total</b>	<b>2 854,39</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 854,39</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Programas de Computador	1 891,88	781,23	-	-	2 673,11
<b>Total</b>	<b>1 891,88</b>	<b>781,23</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 673,11</b>

## 6.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Não existem restrições de titularidade de AFI que sejam dados como garantia de passivos nem compromissos contratuais para aquisição de AFI.

## 7 Rédito

O rédito e restantes rendimentos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a associação transfere para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade. No que se refere à prestação de serviços, são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço. Porém, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado, é reconhecida como um gasto, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
<b>Prestação de Serviços</b>		
Transporte de doentes	146 551,19	147 083,83
Quotas dos associados	9 682,00	8 926,00
Outros serviços sujeitos a Iva	6 259,55	399,60
<b>Total</b>	<b>162 492,74</b>	<b>156 409,43</b>

## 8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios ao investimento encontram-se apresentados no balanço como componente do capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas, em cada período. No presente exercício foram imputados 32.995,72 euros.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração ou no âmbito de acordos), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período. Para um maior detalhe, ver nota 11.10.

## 9 Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de férias e subsídio de natal. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento.

Tendo por base a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os correspondentes gastos encontram-se reconhecidos como um benefício de curto prazo.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho por decisão da associação ou por mútuo acordo, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Os Órgãos Sociais da AHBVCS são constituídos pela Assembleia Geral com 3 membros, pela Direção com 9 membros e pelo Conselho Fiscal com 3 membros.

Os órgãos sociais da associação não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 18 e em 31/12/2017 foi de 17.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	224 824,14	229 345,94
Encargos sobre as Remunerações	33 626,52	30 606,24
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 548,28	2 680,24
Outros Gastos com o Pessoal	8 387,57	6 900,87
<b>Total</b>	<b>270 386,51</b>	<b>269 533,29</b>

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
<b>Investimentos noutras empresas</b>		
Outros Métodos	25,00	25,00
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
Fundos compensação do trabalho (FCT)	2 317,65	1 452,57
<b>Total</b>	<b>2 342,65</b>	<b>1 477,57</b>

O investimento financeiro noutras empresas refere-se à subscrição de 25 euros no capital da CCAM, subscrição que ocorreu em anos anteriores.

A lei nº 70/2013 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e outros. A presente lei é aplicável às relações de trabalho reguladas pelo código do trabalho, e aplica-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor, tendo sempre por referência a antiguidade, contada a partir do momento da execução dos mesmos contratos, excluindo os de curta duração e trabalho temporário, bem como os trabalhadores que exercem funções públicas, incluindo os institutos públicos de regime especial. O FCT é financiado pelas entregas mensais efetuadas pelas entidades empregadoras abrangidas pelo âmbito do regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto. O dinheiro proveniente das entregas mensais das entidades empregadoras integra o património de um fundo – o Fundo de Compensação do Trabalho – gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS, IP. As entregas são convertidas em unidades de participação do fundo e integradas em contas individuais referenciadas aos trabalhadores da entidade empregadora abrangidos pelo âmbito do regime na proporção das entregas realizadas por conta de cada trabalhador. No presente período foram mensurados no ativo da Empresa o montante de 865,08 Euros.

### 11.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Cientes	48.827,69	62.315,76
<b>Perdas por imparidade do período</b>		
Cientes	(2.791,11)	(2.791,11)
<b>Total</b>	<b>46.036,58</b>	<b>59.524,65</b>

Os ativos financeiros da empresa, constituídos por dívidas de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo menos qualquer perda de imparidade acumulada.



As perdas por imparidade só são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. No exercício transato foram registados 2.791,11 euros a título de perdas por imparidade.

### 11.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	1 262,52	51,66
Outros gastos a reconhecer	13,41	61,50
<b>Total</b>	<b>1 275,93</b>	<b>113,16</b>

### 11.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	30 958,91	90 939,71
Outros devedores	1 928,20	621,57
<b>Total</b>	<b>32 887,11</b>	<b>91 561,28</b>

A Rubrica devedores por acréscimos de rendimentos inclui:

- Acréscimos de subsídios atribuídos pela entidade ANPC no valor de 14.231,12 euros e pela entidade CMCS no valor de 10.554,52 euros, isto é, subsídios recebidos em 2019 para cobrir gastos ocorridos em 2018; e
- Acréscimos por juros a receber no montante de 115,40 euros.

A rubrica “Outros devedores” contém o montante de 1.928,20 euros onde está incluído, entre outros, uma indemnização de seguro referente a um sinistro a receber em 2019 no valor de 980,28 euros.

### 11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	516,04	602,74
Depósitos à ordem	119 657,41	116 059,57
Depósitos a prazo	240 000,00	218 443,00
<b>Total</b>	<b>360 173,45</b>	<b>335 105,31</b>